



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CÁRNEOS, EMBUTIDOS E OUTROS, PARA ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO ANO LETIVO DE 2024 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II.

01 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios cárneos, embutidos e outros são necessários para o atendimento da clientela estudantil no ano letivo de 2024 por 12 meses e podendo ser prorrogado por igual período, e assim atendendo ao preconizado na resolução nº 06 de 08 de maio de 2.020 – FNDE/PNAE, base dos anexos I e VII que deverá constar em edital e no futuro contrato da licitante vencedora, as cotações realizadas junto a plataforma Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, utilizamos também o processo PRP nº 45/2022 aplicando o índice IPCA nos valores praticados na vigência das Atas e também consulta com o mercado fornecedor, a requisição nº 48 e 64/2024 e a portaria 57, 2022, da Secretaria de Educação.

a- especificação do produto/serviço

Conforme Anexo I do Edital.

b- locais de entrega e regras para recebimentos

b.1 - em sendo vencedora (detentora da ata de registro de preço) o fornecimento dos gêneros cárneos, embutidos e outros referentes a alimentação escolar deverá ser feito no almoxarifado do Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, mediante autorização de fornecimento a serem expedidas; em data determinada e no prazo de cinco dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, nos horários compreendidos das 7:00 às 10:30 e das 13:00 às 14:30 horas, sito a Av. José Agostinho Rossi, nº 2.354 – Bairro Jardim Planalto - CEP 16.203-503.

b.2 - o recebimento será realizado por meio de amostragem e conferência da nota fiscal e confrontação com a autorização de fornecimento e verificação do gênero com a descrição na autorização de fornecimento, e com o manual de boas práticas de recebimento – MBP (docj.).

b.3 - Caso haja mais de um fornecedor aguardando no recebimento de mercadorias será dado preferência:

- 1 - Alimentos perecíveis resfriados e refrigerados
- 2 - Alimentos perecíveis congelados
- 3 - Alimentos perecíveis permitido em temperatura ambiente
- 4 - Alimentos não perecíveis

2. CONDIÇÕES GERAIS PARA PERIODICIDADE E ENTREGA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Sendo vencedora o fornecimento dos gêneros cárneos, embutidos e laticínios referentes a alimentação escolar deverá ser feito no almoxarifado do **Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME,



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

mediante autorização de fornecimento a serem expedidas; em data determinada e no prazo de dois dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, nos horários compreendidos das 7:00 às 10:30 e das 13:00 às 14:30 horas, sito a Avenida José Agostinho Rossi, 2354 – Jardim Planalto.

PERIODICIDADE DE ENTREGA

Dos gêneros alimentícios constantes no Anexo I:

Produto	Tipo	Quantidade Estimada em quilos	** Local de entrega	Periodicidade de Entrega
Carne Bovina	Almôndegas cozida congelada	800	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Peixe	***Atum	400	DPDME	Mensal
Carne Bovina	Móida	937	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Isca estrogonofe	1.200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Móida em molho	325	DPDME	Quinzenal
Carne Bovina	Coxão mole cubos / isca estrogonofe	1.200	DPDME	Mensal
Frango	Móida	300	DPDME	Mensal
Frango	Filé em cubos	950	DPDME	Quinzenal
Frango	Cortes de frango temperado assado	800	DPDME	Mensal
Frango	Coxa e sobrecoxa desossada	1.200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Móida cozida congelada	550	DPDME	Mensal
Carne Bovina	***Charque	450	DPDME	1 vez por mês
Carne Bovina	Carne móida crua formatada em almôndegas	800	DPDME	1 a 2 vezes por mês
Frango	Coxinha da asa cozida	610	DPDME	1 a 2 vezes por mês
Frango	Sobre coxa em tiras	800	DPDME	Quinzenal
Embutido	Peito de peru fatiada	150	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Frango	Filé marinado cozido tiras	300	DPDME	1 a 2 vezes por semana



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Embutido	Hambúrguer cozido	375	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Embutido	Quibe congelado	200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Embutido	Linguiça calabresa defumada fatiada	200	DPDME	Mensal
Embutido	***Mortadela fatiada	220	DPDME	1 vez por semana
Embutido	Presunto fatiado	270	DPDME	1 vez por semana
Laticínios	***Muçarela fatiada	300	DPDME	1 vez por semana
Embutido	Salsicha	462	DPDME	1 vez por mês
Peixe	Polpa de tilápia	400	DPDME	1 vez por mês

3. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios cárneos, embutidos e outros, do tipo menor preço por item, com as respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I) e conformidade com a tabela de periodicidade de entregas.

A Empresa vencedora deverá fornecer os equipamentos descritos abaixo a serem Cedidos em comodato e em quantidades necessárias para armazenagem, para uso do Município, sendo a manutenção por conta do cedente do equipamento, os equipamentos serão devolvidos à empresa após o vencimento da Ata/Contrato.

a) Freezer horizontal dupla ação; com capacidade de armazenagem líquida mínima de 419 litros, voltagem 220 V, duas portas; na cor branca; atender todos os preceitos da legislação sanitária vigente; não podendo apresentar pontos de ferrugem.

b) Para os itens ***ATUM, CHARQUE, MORTADELA e MUÇARELA a empresa vencedora fica dispensada do fornecimento do equipamento (freezer) em comodato, porém para todos os outros itens NÃO será dispensado do fornecimento do equipamento (freezer) em comodato.

02 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988, arts. 6º, 205, 208 e 211 e inciso VI do art. 30.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Lei nº 11.524 de 24 de setembro de 2007.

Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014.

Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.



Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010.

Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 08 de maio de 2006.

Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.055, de 25 de abril de 2017.

Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.

Resolução CD/FNDE nº 02, de 18 de janeiro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 43, de 04 de setembro de 2012.

Resolução CD/FNDE nº 24, de 14 de junho de 2013.

Resolução CD/FNDE nº 22, de 13 de outubro de 2014.

Resolução Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, 23 de agosto de 2010.

Instrução Normativa Tribunal de Contas da União nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CONSIDERANDO as necessidades de constante aperfeiçoamento das ações de gestão do Programa e de consolidação de normativos dispersos em diferentes atos oficiais, com vistas a atender ao disposto na Constituição Federal nos artigos 6º, 205, 208 e artigo 211;

CONSIDERANDO que a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicada em 2014 pelo Ministério da Saúde – MS, que preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados, bem como o Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, do MS, que orienta sobre a alimentação nos dois primeiros anos de vida, visando à promoção da saúde, do crescimento e do desenvolvimento de acordo com o potencial de cada criança;

CONSIDERANDO o Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instrumento para classificação de alimentos e bebidas, publicado em 2016, que permite identificar aqueles que contenham uma quantidade excessiva de açúcares livres, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e ácidos graxos trans e auxilia a regulamentação de políticas públicas relacionadas com a prevenção e o controle da obesidade e sobrepeso, inclusive programas de alimentação escolar, visando criar ambientes favoráveis à alimentação adequada e saudável;

CONSIDERANDO o papel a ser desempenhado por ações educativas que perpassem pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva da promoção de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, em atendimento à inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela Lei nº 13.666/ 2018, e em consonância com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (MDS, 2012).



03 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a aquisição de gêneros alimentícios por meio de registro de preços para o atendimento do fornecimento de alimentação escolar a clientela estudantil da rede municipal e estadual de ensino e podendo este ter sua prorrogação, por igual período.

04 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - As arrematantes deverão apresentar uma declaração que entregará, caso seja vencedora do certame os seguintes documentos exigidos nos subitens abaixo, juntamente as amostras dos produtos, no prazo de 04 (quatro) dias (*sábado, domingo, feriados e pontos facultativos não contam*) a contar do encerramento da Sessão Pública em questão juntamente as amostras, sob pena de decair seu direito de vencedor e aplicação da sanção prevista na Lei nº 14.133, d 1º de abril de 2021. Referida declaração poderá ser elaborada na própria sessão pública, desde que o representante da licitante tenha poderes para tal finalidade, ou registrado o compromisso na própria ata da sessão.

4.2 – As licitantes vencedoras deverão apresentar 02 (duas) amostra repetidas dos itens arrematados, em conformidade com o Anexo I, para testes e análises pela Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME. Uma das amostras será utilizada no 1º ensaio de testes e análise, e a outra ficará retida como contraprova para um 2º ensaio, caso necessário.

4.3 - As arrematantes deverão apresentar juntamente as amostras, os documentos relacionados a seguir:

4.3.1) Os veículos para transporte de gêneros alimentícios deverão estar previamente credenciados, devendo apresentar cópia autenticada do ‘Certificado de Vistoria’ expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), onde demonstre que o veículo está apto para efetuar o transporte de gêneros alimentícios, conforme CVS 05/13 de 09/04/2013 e PORTARIA Nº. CVS 15 de 7 de novembro 1991.

4.3.2) Cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), sendo que, os certificados deverão estar em vigor.

4.3.3) Declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preços;

4.3.3.1) Considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos lotes entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos lotes em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.

4.3.4) Apresentar o ‘certificado de registro do produto no Ministério da Saúde’, ‘Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento’, ou órgão competente, e a publicação no Diário Oficial da União; sendo que os certificados deverão estar em vigor.

4.3.4.1) Ficam dispensadas das exigências do item anterior as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário, incluídos na RESOLUÇÃO - RDC Nº 27, DE 6 DE AGOSTO DE 2010, ficando obrigatório o cumprimento de todo



regulamento da resolução em epígrafe

4.3.5) O documento original ou cópia autenticada da “ficha técnica”.

4.3.6) Juntamente a entrega das amostras para os itens industrializados a base de carne bovina, embutidos, laticínios, aves e pescados deverão apresentar o registro do SIF, SISP e ou SISBI-POA.

4.4 – As amostras e documentos complementares (relacionados acima) deverão ser entregues em até 04 (quatro) dias (sábado, domingo, feriados e pontos facultativos não contam) após o encerramento da sessão pública, devidamente identificadas com os dados da licitante, dados do Pregão e identificação do item a que se refere, as quais deverão ser entregues junto a Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, localizada na Avenida José Agostinho Rossi - 2354, Jardim Planalto, nesta cidade de Birigui-SP, no horário das 07h30min às 10h30min horas, ocasião em que será fornecido protocolo de entrega.

4.5 - As amostras serão avaliadas no prazo de, no mínimo, 02 (dois) dias após o encerramento e recebimento das amostras, as quais serão analisadas pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 57, 2022. As datas serão veiculadas através do Diário Oficial do Município, para conhecimento dos interessados.

4.6 - A Comissão Especial nomeada avaliará as amostras apresentadas, podendo os interessados em realizar o acompanhamento comparecer no dia e local da análise, onde será verificada a compatibilidade dos produtos ofertados como definido no Edital, decidindo pela aprovação ou reprovação da amostra.

4.7 – Os documentos e amostras apresentados não serão devolvidos em hipótese alguma, pois servirão de parâmetro de comparação com os objetos a serem entregues, bem como de motivação do ato administrativo em caso de reprovação, ou em qualquer caso, para análise por laboratório especializado ou credenciado, correndo eventuais custos por conta da licitante, conforme legislação vigente.

4.8 – Em caso de rejeição da amostra dos objetos ofertados, a licitante será desclassificada.

4.9 – A falta de apresentação dos documentos técnicos, da amostra, a reprovação dela, e o improvimento do recurso acarretará a desclassificação da licitante em relação ao item correspondente.

4.10 - Após o julgamento das amostras, publicar-se-á quais amostras foram aprovadas/reprovadas. O prazo recursal será concedido em fase única ao final do certame;

4.11 – Os testes serão realizados na data designada na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar – DPDME, localizada na Avenida José Agostinho Rossi - 2354, Jardim Planalto, nesta cidade de Birigui-SP, e os mesmos serão conduzidos por Comissão para a avaliação, composta pela Nutricionista Responsável Técnica cadastrada no FNDE, a Sra. Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira e pelas Nutricionistas do quadro técnico Sra. Gabriela Galhardo Pulzatto, Sra. Rafaela Moimas Grosso Berce, pela Técnica em Nutrição a Sra. Vilma de Melo, pelos membros do CAE, servidores da rede escolar municipal e estadual e a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 57/2022.

4.12 – Os critérios adotados para a aprovação ou reprovação dos itens apreciados obedecem fielmente à determinação federal específica para aquisição de produtos com finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º - a, b, c, d; § 6º - Anexo VII. Serão realizados os seguintes testes:

4.12.a) Análises sensoriais, testes técnicos culinários, onde são verificadas porcentagem de gordura separada em cocção;

4.12.b) Tempo de cocção;



- 4.12.c) Operacionalidade de produção;
 - 4.12.d) Rendimento (índice de cocção dos alimentos);
 - 4.12.e) Fator de correção;
 - b.12.f) Comparação entre resultados e a ficha técnica;
 - 4.12.g) Comparação do descritivo do produto (Anexo I) com a ficha técnica;
 - 4.12.h) Situação da inscrição no SIF e SISP;
 - b.12.i) Padrões de cortes.
- 4.13 – A Comissão Especial emitirá parecer conclusivo sobre as amostras.

05 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Idem ao item 01

06 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização e execução do contrato será realizada por meio de amostragem e conferência da nota fiscal e confrontação com a autorização de fornecimento e verificação do gênero com a descrição na autorização de fornecimento, e com o manual de boas práticas de recebimento – MBP (docj.), em conformidade a Portaria nº 57 de 26/09/2022.

Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira: Nutricionista

Rafaela Moimas Grosso Berce: Nutricionista

Vilma de Melo: Técnica em Nutrição

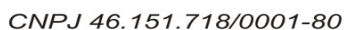
07 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Forma de Pagamento: 10 dias mediante entrega dos gêneros alimentícios solicitado por meio da autorização de fornecimento da apresentação e tramitação da nota fiscal para o contas a pagar.

08 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Menor preço;

Respeitados todos os preceitos exarados pelas determinações dos Tribunais de Contas, bem como os princípios contidos na vasta legislação que ampara os processos licitatórios, a fim de que prevaleça a lúdima justiça entre os concorrentes e um resultado satisfatório na relação custo-benefício de tais itens, os critérios adotados para aprovação ou reprovação dos itens apreciados no citado pregão obedecem fielmente à determinação federal específica para aquisição de produtos com a finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 08, DE 06 DE MAIO DE 2020 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º- a, b, c, d - §6º - Anexo VII; análises sensoriais; testes técnicos culinários onde são verificados porcentagem de gorduras separados em cocção, tempo de cocção, operacionalidade de produção, rendimento (índice de cocção dos alimentos), fator de correção, comparação entre resultado e ficha técnica, comparação da descrição do produto (anexo I) com a ficha técnica, situação da inscrição no SIF, SISP e ou SISBI-POA e padrões de cortes.





APÊNDICE A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(elaborado com base no artigo 6º, inciso xx, combinado com o § 1º e 2º, da lei 14.133/21)

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO PARA AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CÁRNEOS, EMBUTIDOS E OUTROS SÃO NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO ANO LETIVO DE 2024 POR 12 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, E ASSIM ATENDENDO AO PRECONIZADO NA RESOLUÇÃO Nº 06 DE 08 DE MAIO DE 2.020 – FNDE/PNAE, BASE DO ANEXOS I E VII QUE DEVERÁ CONSTAR EM EDITAL E NO FUTURO CONTRATO DA LICITANTE VENCEDORA, AS COTAÇÕES REALIZADAS JUNTO AO MERCADO FORNECEDOR, A REQUISIÇÃO RC 48 e 64/2024 E A PORTARIA 57, 2022, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

1- JUSTIFICATIVA: aquisição dos gêneros alimentícios cárneos, embutidos e outros são necessários para o atendimento da clientela estudantil no ano letivo de 2024 por 12 meses e assim atendendo ao preconizado na Resolução nº 06 de 08 de maio de 2.020 – FNDE/PNAE.

2- PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL: O objeto da contratação está dentro do planejamento anual e inserido no Plano de Contratações Anual de 2024.

3- REQUISITOS ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO: As licitantes proponentes vencedoras dos itens ofertados deverão apresentar **2 amostras repetidas** do item/produto, para testes e análises, sendo que, uma será utilizada para o 1º ensaio de teste e análises e a outra ficará retida como contraprova para comparação na entrega do produto quando adquiridos; a licitante proponente vencedora do item ofertado deverá apresentar amostra no prazo de 04 (quatro) dias da data do encerramento do certame onde **deverão ser entregues na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, sito a Avenida José Agostinho Rossi, 2354 – Jardim Planalto - Birigui/SP, no horário das 7h e 30min às 10h e 30 min, onde será emitido um protocolo de entrega;** conforme a Resolução/FNDE/CD/Nº 6 DE 08 DE maio DE 2020 do Conselho Deliberativo do FNDE de acordo com item VI e VII – artigo 25 - § 4º, a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 57, de 2022 para avaliação das amostras necessitará de 02 (dois) dias úteis após o encerramento e recebimento das amostras para análise e emissão dos documentos dos produtos aprovados.

A licitante deverá apresentar uma declaração que entregará, caso seja vencedora do certame os seguintes documentos relacionados nos subitens 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.1.5; 1.1.6; 1.1.7; 1.1.8 e 1.1.9, no prazo de 04 (quatro) dias (sábado, domingo, feriados e pontos facultativos não contam) a contar do encerramento da Sessão Pública em questão juntamente as amostras, sob pena de decair seu direito de vencedor e aplicação da sanção prevista na Lei nº 14.133, d 1º de abril de 2021. Os documentos e amostras deverão ser entregues por meio de protocolo na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, sito a Avenida José Agostinho Rossi, 2354 – Jardim Planalto - Birigui/SP, onde a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 57, de 2022 analisará, e, após análise será enviado a Seção de Licitação uma cópia para instrução dos autos do processo. O



processo somente será Homologado e emitido as Atas de Registro de Preços após a análise dos documentos supracitados.

1.1.1 Os veículos para transporte de gêneros alimentícios deverão estar previamente credenciados, devendo apresentar cópia autenticada do 'Certificado de Vistoria' expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), onde demonstre que o veículo está apto para efetuar o transporte de gêneros alimentícios, conforme CVS 05/13 de 09/04/2013 e PORTARIA Nº. CVS 15 de 7 de novembro 1991.

1.1.2 em sendo vencedora deverão apresentar cópia autenticada do alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (Federal, Estadual ou Municipal), sendo que, os certificados deverão estar em vigor.

1.1.3 em sendo vencedora dos itens ofertados deverá apresentar declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preços.

1.1.3.1. Havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos lotes entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos lotes em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.

1.1.4 em sendo vencedora para o fornecimento dos gêneros alimentícios deverá fornecer os produtos em embalagens especificado no ANEXO I, considerando, ainda as demais exigências e especificações do presente Edital.

1.1.5 em sendo vencedora para o fornecimento dos gêneros alimentícios deverá atender as exigências contidas no Manual de Boas Práticas Operacionais da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME conforme Decreto Municipal nº 3.794, de 2 de dezembro de 2004.

1.1.6 Juntamente a entrega das amostras deverão apresentar o 'certificado de registro do produto no Ministério da Saúde', 'Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento', ou órgão competente, e a publicação no Diário Oficial da União; sendo que os certificados deverão estar em vigor.

1.1.7 Ficam dispensadas das exigências do item anterior as categorias de alimentos e embalagens isentos de registro sanitário e as categorias de alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário, incluídos na RESOLUÇÃO - RDC Nº 27, DE 6 DE AGOSTO DE 2010, ficando obrigatório o cumprimento de todo regulamento da resolução em epígrafe

1.1.8 Juntamente a entrega das amostras será exigido o original ou cópia autenticada da "ficha técnica".

1.1.9 Juntamente a entrega das amostras para os itens industrializados a base de carne bovina, embutidos, laticínios, aves e pescados deverão apresentar o registro do SIF, SISP e ou SISBI-POA.

2 CONDIÇÕES GERAIS PARA PERIODICIDADE E ENTREGA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Sendo vencedora (detentora da ata de registro de preço) o fornecimento dos gêneros cárneos, embutidos e laticínios referentes a alimentação escolar deverá ser feito no almoxarifado do **Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, mediante autorização de fornecimento a serem expedidas; em data determinada e no prazo de dois dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, nos horários



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

compreendidos das 7:00 às 10:30 e das 13:00 às 14:30 horas, sito a Avenida José Agostinho Rossi, 2354 – Jardim Planalto – Birigui/SP.

PERIODICIDADE DE ENTREGA

Dos gêneros alimentícios constantes no Anexo I:

Produto	Tipo	Quantidade Estimada em quilos	** Local de entrega	Periodicidade de Entrega
Carne Bovina	Almôndegas cozida congelada	800	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Peixe	***Atum	400	DPDME	Mensal
Carne Bovina	Moída	937	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Isca estrogonofe	1.200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Moída em molho	325	DPDME	Quinzenal
Carne Bovina	Coxão mole cubos / isca estrogonofe	1.200	DPDME	Mensal
Frango	Moída	300	DPDME	Mensal
Frango	Filé em cubos	950	DPDME	Quinzenal
Frango	Cortes de frango temperado assado	800	DPDME	Mensal
Frango	Coxa e sobrecoxa desossada	1.200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Carne Bovina	Moída cozida congelada	550	DPDME	Mensal
Carne Bovina	***Charque	450	DPDME	1 vez por mês
Carne Bovina	Carne moída crua formatada em almôndegas	800	DPDME	1 a 2 vezes por mês
Frango	Coxinha da asa cozida	610	DPDME	1 a 2 vezes por mês
Frango	Sobre coxa em tiras	800	DPDME	Quinzenal
Embutido	Peito de peru fatiada	150	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Frango	Filé marinado cozido tiras	300	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Embutido	Hamburguer cozido	375	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Embutido	Quibe congelado	200	DPDME	1 a 2 vezes por semana
Embutido	Linguiça calabresa defumada fatiada	200	DPDME	Mensal
Embutido	***Mortadela fatiada	220	DPDME	1 vez por semana
Embutido	Presunto fatiado	270	DPDME	1 vez por semana
Laticínios	***Muçarela fatiada	300	DPDME	1 vez por semana
Embutido	Salsicha	462	DPDME	1 vez por mês
Peixe	Polpa de tilápia	400	DPDME	1 vez por mês



3. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios carnes, embutidos e outros, do tipo menor preço por item, com as respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I) e conformidade com a tabela de periodicidade de entregas.

A empresa vencedora deverá fornecer os equipamentos descritos abaixo a serem **Cedidos em comodato e em quantidades necessárias para armazenagem, para uso** do Município, sendo a manutenção por conta do cedente do equipamento, os equipamentos serão devolvidos à empresa após o vencimento da Ata/Contrato.

a) Freezer horizontal dupla ação; com capacidade de armazenagem líquida mínima de 419 litros, voltagem 220 V, duas portas; na cor branca; atender todos os preceitos da legislação sanitária vigente; não podendo apresentar pontos de ferrugem.

b) Para os itens ***ATUM, CHARQUE, MORTADELA e MUÇARELA a empresa vencedora fica dispensada do fornecimento do equipamento (freezer) em comodato, porém para todos os outros itens NÃO será dispensado do fornecimento do equipamento (freezer) em comodato.

4 TESTES

Os testes serão realizados na Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME, sito a Avenida José Agostinho Rossi, 2354 – Jardim Planalto; a partir das 13 horas e 30 minutos.

5 A Comissão de avaliação das amostras é composta: pela Nutricionista Responsável Técnica cadastrada no FNDE é Sr^a Ana Beatriz Barbosa Santos Cerqueira, as Nutricionistas do quadro técnico Sr^a. Rafaela Moimas Grosso Bercê e Sr^a Gabriela Galhardo Pulzatto, os Membros do CAE, servidores da rede escolar Municipal e Estadual e a Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 57, de 2022.

6 Respeitados todos os preceitos exarados pelas determinações dos Tribunais de Contas, bem como os princípios contidos na vasta legislação que ampara os processos licitatórios, a fim de que prevaleça a lédima justiça entre os concorrentes e um resultado satisfatório na relação custo-benefício de tais itens, os critérios adotados para aprovação ou reprovação dos itens apreciados no citado pregão obedecem fielmente à determinação federal específica para aquisição de produtos com a finalidade de confecção de alimentação escolar, quais sejam os testes determinados pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 08, DE 06 DE MAIO DE 2020 – Item VII – Art. 25, §4º e §5º-a,b,c,d - §6º - Anexo VII; análises sensoriais; testes técnicos culinários onde são verificados porcentagem de gorduras separados em cocção, tempo de cocção, operacionalidade de produção, rendimento (índice de cocção dos alimentos), fator de correção, comparação entre resultado e ficha técnica, comparação da descrição do produto (anexo I) com a ficha técnica, situação da inscrição no SIF, SISP e ou SISBI-POA e padrões de cortes.

4- QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONSIDERAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA:

a) As quantidades de gêneros alimentícios para elaboração da alimentação escolar a serem adquiridos foram feitos para atender a demanda dos alunos matriculados como forma de garantir a oferta de alimentos



durante os 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, compondo, as Escolas municipais de atendimento infantil e creches e, também as Escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, ensino médio, EJA. Segue quantitativo estimado para o ano letivo (anexo I).

b) A memória de cálculo foi utilizada do ano anterior PPRP nº 45/2022 (docj.) (controle de saldo da ata) e as quantidades de gêneros alimentícios para elaboração da alimentação escolar a serem adquiridos foram feitos para atender a demanda dos alunos matriculados como forma de garantir a oferta de alimentos durante os 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, o valor estimado foi realizado com fornecedores já habituais do município com atendimento a alimentação escolar

b) Justifica-se para a metodologia de cálculo utilizada na definição do preço estimado da contratação, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável, conforme disposto no art. 3.º, VI, c/c art. 6º, da IN SEGES/ME n.º 65/2021. Realizamos uma pesquisa preliminar, por semelhança, uma vez que não foram encontrados objetos idênticos ao demandado. Diante as pesquisas realizadas justifica-se a não utilização de catálogo eletrônico de padronização, em atendimento ao art. 19 § 2º e art. 40 da Lei 14133/21, visto que, em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não consta de itens com a mesma descrição da presente contratação.

5- JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA: Dos levantamentos feitos em nível de estudos não identificamos alternativas técnicas à solução escolhida, em razão das memórias de quantidades utilizadas o registro de preços por 12 meses é mais viável devido não ter uma obrigatoriedade na aquisição total e mesmo que se faça os testes de aceitabilidade a clientela estudantil por muitas vezes acaba reduzindo o consumo de certos produtos não onerando o erário, podendo ser prorrogado por igual período.

6- ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO: Em levantamento preliminar por meio de consultas realizadas no PNCP, planilha de atualização de preços pelo índice IPCA referente a PPRP nº 45/2022 e pesquisa direta com fornecedores habituais da administração, verificamos que o custo mensal é de aproximadamente R\$1.750.515,41 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil e quinhentos e quinze reais e quarenta e um centavos) importando em custo anual de R\$ R\$21.006.185,00 (vinte e um milhões, seis mil, cento e oitenta e cinco reais) e optamos pela mediana por uma análise melhor dos preços apresentados pelos fornecedores consultados.

7- MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIAS OFERECIDAS: as propostas dos gêneros cárneos, que tenham durabilidade/validade, mínima, de 6 (seis) meses contados da data de fabricação; e que a data de fabricação não exceda a 45 (quarenta e cinco) dias da data de entrega estabelecida pela Secretaria de Educação por meio da Diretoria de Produção e Distribuição de Merenda Escolar - DPDME de Birigui. Em sendo vencedora dos itens ofertados deverá apresentar declaração de garantia da validade e da qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos produtos a serem fornecidos durante a vigência da ata de registro de preços; considerando ainda que, havendo dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária e bromatológica dos lotes entregues, a Prefeitura através do DPDME, poderá extrair amostras dos lotes em questão e encaminhá-las para análises por laboratório oficial. Em sendo constatada alguma irregularidade com o produto será, automaticamente, cancelada a ata de registro de preços e aplicadas às sanções cabíveis, e, ficando a cargo da



Detentora todos os custos das análises, que deverá ser ressarcido aos cofres do município de Birigui no prazo máximo de 02 dias a contar da notificação.

8- PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO ou NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Há necessidade da divisibilidade do fornecimento devido as datas de validades dos gêneros alimentícios a aquisição será por item.

9- RESULTADOS PRETENDIDOS: Aquisição de gêneros alimentícios saudáveis e que atenda os preceitos legais das legislações sanitárias federal e estadual vigentes, assim como, ao preconizado pela Resolução nº 06 de 08/2020 ao atendimento com alimentação saudável e quantidades suficientes para a clientela estudantil.

10- PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES PELA ADMINISTRAÇÃO: Não se aplica, uma vez, que já existe uma estrutura de logística de armazenagem pronta.

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES: Não detectamos necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista que é aquisição de gêneros alimentícios.

12- DEMONSTRAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E POSSÍVEIS MEDIDAS MITIGADORAS: Os principais impactos ambientais dos gêneros adquiridos podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso. Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as leis e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM VISTA A SOLUÇÃO A QUE SE DESTINA: De todo o estudo realizado e considerando todas as possibilidades de caráter técnico e econômico, concluímos que a melhor solução é a aquisição de gêneros alimentícios por meio de registro de preços por 12 meses para o atendimento do fornecimento de alimentação escolar a clientela estudantil da rede municipal e estadual de ensino e, podendo ser prorrogado por igual período.



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

Birigui, 27 de março de 2024.

Ofício nº. 106/2024/DPDME

Assunto: Manutenção da modalidade pregão presencial e justificativa da não manutenção do Pregão Eletrônico

DIRETORIA DE GESTÃO, MATERIAIS E PATRIMÔNIO.
MARCO AURÉLIO FARINA LOPES
DD. DIRETOR GESTÃO, MATERIAIS E PATRIMÔNIO

Considerando o previsto nas normas legislativas vigentes para elaboração dos processos licitatórios, vimos por meio deste justificar a solicitação da reversão da modalidade pregão eletrônico para Pregão Presencial para o certame que objetiva a aquisição de gêneros alimentícios grãos, farináceos e outros destinados a Diretoria de Produção Distribuição de Merenda Escolar – DPDME. Justificamos que por se tratar de gêneros alimentícios perecíveis e estocáveis e a modalidade pregão eletrônico ser de abrangências continentais vem nos a dúvida quanto a qualidade higiênico sanitária, quanto a morosidade da apresentação de amostras para teste dos itens (produtos) vencedores. Outro problema existente é a questão de idoneidade do licitante, tal fato ocorre por motivo da inversão das fases



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmae@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

da licitação, visto anteriormente também, que é examinada apenas a documentação da proposta de menor valor. Muitas vezes a administração se alucina e deixa levar pelo valor ofertado, achando que está por fazer a melhor coisa para a Administração Pública, ignorando algumas não conformidades e salvando a proposta o final, se torna um desastre para a parte Pública, fazendo necessária abertura de Sindicâncias e Processo Administrativos para apurar alterações ou fatos inconvenientes ocorridos trazendo morosidade no andamento do processo. Outra desvantagem que ocorre somente com o Pregão Eletrônico, também pelo fato do mesmo poder ser disputado em qualquer lugar, e com frequência provoca a abertura de diversos Processos Administrativos, é a não entrega e o não cumprimento do edital por parte da licitante. Esse muitas vezes com o objetivo de conseguir ofertar o preço mais baixo, acaba por esquecer os fatores que influenciam, como, por exemplo, o frete, e acabam se tornando prejuízo para a mesma que muitas vezes “pagam” para entregar o bem licitado a Administração, e sem estudo da situação opta por simplesmente não cumprir sua parte do contrato. Ademais, podemos destacar, ainda, problemas de logística que poderão acarretar atrasos na entrega dos produtos ou serviços e, até mesmo, em desabastecimento para a administração, pois por envolver empresas de todo o território nacional é possível, por exemplo, a demora na entrega



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmae@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

dos produtos daquelas que apresentaram menores preços no decorrer da execução do contrato. Trata-se de prejuízos de cunho administrativo e operacional para a administração, vez que poderá haver uma lacuna temporal para que os materiais ou serviços solicitados sejam entregues ou disponibilizados ao gestor, apesar de a previsão para entrega estar estipulada no contrato.

Considerando todo o processo em questão (Pregão Eletrônico) que se arrasta por 8 (oito) meses para a aquisição de gêneros alimentícios (Pregão Eletrônico {PE} nº 07/2022) devido ao atendimento a Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020 e também a toda tramitação dos prazos para publicação e contra-arrazoar que é direito do licitante quando desclassificado em algum item, porém, não é usual nesta municipalidade a habilitação de todos os participantes do PE dificultando assim a continuidade do pleito, pois não estando já habilitado retorna-se ao início de aceite por parte do próximo colocado o aceite e abertura e análise de toda documentação o que gera uma certa demora e novo prazo para entrega de amostras, entendemos que estando todos habilitados aja mais agilidade como acontece na maioria das vezes que utilizam da habilitação documental de todos os participantes como ocorreu no Pregão Presencial para aquisição de gêneros grãos, farináceos e outros



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmae@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

que da recepção do processo inicial da Secretaria requisitante em 02/05/2022, sendo suspenso devido a abertura de fase recursal havendo uma certa demora e sendo a homologação e emissão das atas em 12/07/2022 e ainda não foram emitidas as Atas dos próximos colocados que aceitaram e concordaram em atender a venda dos itens para as empresa CCF e Frutti Mais. Entendemos que a modalidade PE há uma maior abrangência, mas ocorre que licitantes vencedores de alguns itens como pão de queijo e macarrão parafuso de trigo grão duro são outros estados (Paraná e Santa Catarina) muitas vezes não temos uma previsibilidade de quantitativos a serem utilizados e prever no caso de gêneros o shelf life (características sensoriais (aroma, textura, sabor, aparência), características físicas e microbiológicas) de armazenamento e o mesmo ocorre para produtos de limpeza, higiene e outros que mesmo tendo data de validade podem chegar com prazos curtos mesmo sendo definido em edital que a data de fabricação não pode exceder a 45 dias, mesmo sendo devolvido haverá um prejuízo temporal. A intenção de solicitar que o processo licitatório seja presencial não para cercear a participação de licitantes, mas para que haja empresas mais próximas, ou melhor, que sejam do próprio município sendo uma forma de fomentar o comércio vendedor a participar das licitações.



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmae@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

Considerando o disposto em seu artigo 17, parágrafos 2º e 5º, os pregões regidos pela Lei 14.133/21, deverão ser realizados preferencialmente na modalidade eletrônica admitindo-se sua realização presencial, desde que motivada, sendo, nessas condições, devida a gravação da sessão de julgamento por meio de áudio e vídeo. Neste caso, opta-se pela utilização da modalidade presencial, faz-se as seguintes ponderações: 1) O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasam os processos na modalidade eletrônica aumentando seus custos. 2) Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação dos preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. 3) A complexidade da licitação, peculiaridades e objeto que tratam de gêneros alimentícios gelados, refrigerados e congelados precisam de uma cadeia de frio continua sem interrupção no transporte e, muitas vezes há interrupção com a intenção de redução de custos no transporte comprometendo as características sensoriais dos gêneros alimentícios, sendo a empresa vencedora for de uma região muito distante. 4) Relevância da contratação e exigências de segurança da informação, valor de corretagem cobrado pela BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) que



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmac@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

impede a participação de pequenas empresas freando assim o fomento do comércio regional e inviabilizam o uso da forma eletrônica. 5) O histórico de irregularidades no pregão eletrônico sugere uma alta incidência de licitantes que não preenchem as condições de habilitação ou não sustentam suas propostas. 6) A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes. Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar o procedimento licitatório, verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adéqua a contratação objeto do presente certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos. Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da melhor



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmac@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo

CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

proposta, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para contratação de serviços e aquisição de bens comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras estabelecidas pela Lei 14.133/21. Na esteira do exposto, dever-se-á mencionar que o princípio da eficiência da Administração Pública tem no Pregão Presencial também a sua manifesta contribuição.

Considerando a Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Prefeitura que tem por incumbência, implantar e manter os serviços de instrução e educação, assegurar a prestação de alimentação escolar.

Considerando que é objetivo do Programa de Alimentação Escolar prover a complementação de alimentação diária dos alunos;

Considerando que a escola, além de sua função socializadora e transmissora de conhecimentos, assume também o papel de provedora de necessidades básicas. Uma alimentação adequada, no período pré-escolar e ensino fundamental, é primordial para o crescimento e desenvolvimento da criança, ao mesmo tempo em que



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmae@birigui.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Birigui

Estado de São Paulo
CNPJ - 46.151.718/0001-80

DIRETORIA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – DPDME
Central Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar
JOÃO PAULO SANCHES VARGAS

constitui num dos fatores de prevenção de algumas doenças da vida adulta;

Considerando o Artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Considerando que caberá aos órgãos públicos oferecer uma alimentação nutricionalmente adequada e na forma de refeição coletiva, em horário propício, para assegurar uma melhor disposição infantil aos desafios da aprendizagem.

Diante ao exposto reiteramos a abertura deste pregão na modalidade Presencial.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DPDME

Fernando B. Abrahão
Diretor da DPDME

Beatriz Cristine Stábile Faria
Secretária de Educação

RECEBI EM: _____/_____/2024.



AV. JOSÉ AGOSTINHO ROSSI, 2354 – FONE 18 3644-8899
e-mail: cmac@birigui.sp.gov.br